

22 ELOGIOS AO PROGRAMA

Entidades aplaudem a iniciativa do governo

O lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos teve boa repercussão, tanto junto às entidades internacionais de direitos humanos quanto entre organismos brasileiros. Em Londres, a Anistia Internacional elogiou o fato de o Brasil ser um dos pioneiros a adotar um plano de ação, seguindo a recomendação da Conferência de Viena, em 1993. "Como houve um Plano Real, era importante também ter um plano para os direitos humanos", declarou a pesquisadora da AI Alison Sutton.

Em Washington, o Human Rights Watch/Americas também aplaudiu o PNDH e conclamou o Congresso brasileiro a "cumprir suas obrigações internacionais" e apoiar as medidas. Uma delas, a federalização de crimes contra os direitos humanos, é defendida há anos pelo Human Rights Watch. "O Programa Nacional dos Direitos Humanos é um primeiro passo para acabar com a impunidade no Brasil", disse José Miguel Vivanco, diretor-executivo do grupo.

O movimento negro também viu como "positivas" as medidas que adotam políticas compensatórias contra o preconceito racial, como o estabelecimento de cotas para alunos negros nas escolas. "As vítimas de discriminação ao longo da história têm o direito de serem reparadas com políticas compensatórias", disse Sueli Carneiro, coordenadora do Geledés, uma ONG de combate ao preconceito racial e sexual.

O sociólogo Guaracy Mingardi, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, considerou o programa "um avanço na questão dos direitos humanos". Mas ressaltou que ele deverá ser aperfeiçoado na prática. A promotora da Justiça Militar Stella Kulmann, responsável pelo inquérito que apurou a morte dos 111 detentos no Presídio do Carandiru, também achou positiva a iniciativa do governo. "Eu não acredito em mágicas, porque o programa ainda tem de ser aprovado pelo Congresso, mas o mais importante é o

O presidente da CUT, Vicentinho, se mostrou cético quanto ao PNDH

fato de o governo assumir compromisso com as políticas sociais", afirmou.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva, manifestou-se cético quanto à iniciativa. Ele criticou o fato de o Palácio do Planalto não ter apoiado o projeto do deputado petista Hélio Bicudo (SP), que transferia o julgamento de crimes cometidos por militares para a Justiça comum. "Eu não acredito num governo que só lança projetos e não os implanta."

A rejeição do projeto de Hélio Bicudo pelo Senado foi citada pelos organismos internacionais. Para Alison Sutton, da AI, esse fato é preocupante ao mostrar que o apoio político do governo é instável. "Isso tira um pouco a confiança." Miguel Vivanco, do Human Rights, se disse "preocupado com falhas do Senado ao implementar as medidas", numa referência à derrota do projeto.